

Colecionismo na Bahia oitocentista: o Gabinete de História Natural (1835-1889)

Collectionism in nineteenth-century Bahia: the Cabinet of Natural History (1835-1889)

SUELY MORAES CERÁVOLO

Universidade Federal da Bahia | UFBA

MARIANA CERQUEIRA RODRIGUEZ

Universidade Federal da Bahia | UFBA

RESUMO O viajante francês Jean-Baptiste Douville, ao cruzar terras da Província da Bahia, doa, em 1835, peças de história natural para formar gabinete oficializado pela administração do governo na cidade do Salvador. A partir da notícia publicada em 1910 na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, problematiza-se a situação para o aceite da doação, rastreando o cruzamento de providências indicativas da criação, continuidade e descontinuidade, as intenções e impactos na cultura do lugar. Conclui-se que, apesar da instabilidade que rondou o “Gabinete Douville”, a criação inicial franqueou a entrada das ciências naturais na Bahia Oitocentista no Liceu Provincial que passou a funcionar em 1837.

Palavras-chave colecionismo – gabinete de história natural – museu – Jean-Baptiste Douville – Bahia.

ABSTRACT *During his journey through the Province of Bahia in 1835, the French traveler Jean-Baptiste Douville donated items relating to natural history to set up an official Cabinet, under the administration of the government of the city of Salvador. Based on an article published in the journal of the Geographical and Historical Institute of Bahia (1910), this paper investigates how the donation was received, following up on the actions taken for the creation of the Cabinet, continuities and discontinuities, as well as the intentions and impacts on the culture of Salvador. Despite the instability that characterized the “Douville Cabinet,” we conclude that it paved the way for the development of natural sciences in nineteenth-century Bahia by establishing the Provincial School that opened in 1837.*

Keywords *collections – natural history cabinet – museum – Jean-Baptiste Douville – Bahia.*

Colecionismo e gabinetes

A partir da notícia da criação de gabinete de história natural para a cidade do Salvador, em 1835, explora-se tema ausente na historiografia da Bahia, enfeixando práticas colecionistas e respectivas representações, o que exclui parte significativa dos cruzamentos culturais que dão corpo aos modos de conceber e organizar o social, isolando-se, com isso, as expressões pretéritas de cunho museológico da esfera da província da Bahia Oitocentista. Trata-se, portanto, de

reinseri-las uma vez que os estudos sobre as formas colecionistas se integram à perspectiva de fenômeno cultural amplo, cheio de nuances, enraizado em contextos e situações históricas distintas que afetam a “função ideológica da cultura”¹. O tema abordado em análises sobre a trajetória dos coletores ou colecionadores, gabinetes, museus, acervos museológicos e exposições situa-se na convergência da História das Ciências, Museologia, Antropologia dentre outras perspectivas.

O colecionismo não se restringe aos elementos da natureza, modelo do qual nos aproximamos no presente artigo e, nem sempre teve (ou tem) cunho pragmático, ainda que com relatos sobre o uso intencional de dominação e o firmar de alianças políticas². De todo modo, tornou-se praxe relacionar, em especial as coleções, à dimensão semiófora, perfazendo a ligação entre o mundo visível e o invisível, em conhecida argumentação de Krzysztof Pomian³ que, a nosso ver, trata de qualidade inerente e não contingente à pluralidade colecionista⁴. O colecionar implica, além disso, ponderar o desejo de posse, paixão, vaidade e outros sentimentos pessoais e afetivos a cingi-los sugerindo a exclusão do puramente pragmático sem perder, contudo, a intenção em formar séries ordenadas e classificadas⁵. Prática que demanda condições materiais e técnicas específicas a lhe dar existência, o colecionar requer, no caso da história natural em particular, o palmilhar de protocolos de época levados a cabo por agentes executores das atividades de coleta, implantação ou reprodução de estruturas alternativas ou não, estratégias de legitimação e meios concretos de difusão e circulação.

A observação da prática colecionista em textura e efeitos a partir do mencionado gabinete nos leva rever de passagem as condições surgidas quando da movimentação de poderosos impérios instalando possessões em ritmos distintos. Estimulada a rede de conexões mundializada, coletores e informantes impulsionaram sincronicamente a circulação de objetos, produtos, plantas, os mais variados espécimes, gentes nativas, artesanias, técnicas e informações tão valiosas quanto às coisas; fato ocorrido entre as terras sul-americanas e o continente europeu⁶, e mesmo outras partes do mundo como Ásia e África⁷. As viagens do século XV em diante favoreceram enormemente o desdobramento de gabinetes de história natural, fluxo do qual se valeram príncipes, nobres, clérigos, sábios, diplomatas, governantes enredados em formar coleções encomendadas, trocadas ou vendidas nutrido o prestígio próprio ou de um estado imperial, a curiosidade e a difusão do saber⁸. Portugal foi um dos construtores de “canais intercontinentais” de trocas no colonialismo moderno, sem descarte dos objetivos militares, dos empreendimentos para exploração colonial, da contratação de especialistas preparados (“ilustrados brasileiros”)⁹ inteirados das ciências e pensamento filosófico de sua época¹⁰, capazes de identificar recursos minerais, recolher espécimes botânicas para experimentos de aclimação ou hibridação no intuito de melhorar a produção agrícola, entre outras aplicações. Do projeto expansionista participaram aventureiros, diletantes, viajantes e naturalistas viajantes¹¹ cruzando as terras brasileiras para formar coleções encomendadas, remetendo-as para o exterior. A chamada “Casa dos Pássaros” ou “Museu dos Pássaros” no Rio de Janeiro, entreposto de produtos naturais para a metrópole em Lisboa foi modelar da repercussão desse sistema no Brasil¹².

A coleta e o coletado, substância material do colecionismo pragmático e de fins pouco exóticos, rapidamente se transformou em empreendimento de valor e precioso intercâmbio, revolveu e modificou modos de vida, interferiu no imaginário e saberes pelo ângulo cultural. Movimentou a economia, gerou comércio, negócios e lucros, ativou o consumo nas rotas de ultramar, não tardando a se integrar às rotinas administrativas subordinadas ao controle do Estado, mediadas por representantes instalados nas ramificações coloniais estabelecendo ou reforçando laços de poder e de interesses, incrementando relações de sociabilidade na vida cotidiana¹³. No afã de coletar evidências da natureza enchendo gavetas e vitrines de gabinetes e museus, ou transplantadas para jardins e hortos botânicos formaram-se cobijados microcosmos considerando-se, como avalia Silvia Figueroa que a “mundialização da ciência”, movimento ativo e iniciado séculos antes seguiu padrões e modelos importados pincelado de “cores locais”¹⁴. Não obstante a replicação de práticas e instituições, o colecionismo, em terras brasileiras, se fez dentro de características particulares, ajustando-se ou criando estruturas institucionais, utilizando recursos humanos, intelectuais e materiais disponíveis ou disponibilizados para esse fim.

Por seu turno, a concepção plural de gabinete suscita comentários. Na linguagem natural a palavra, de origem francesa (*cabinet*), remete a lugar físico podendo se aplicar ao sentido político, a exemplo de Conselho do Estado, ou o *homem* cuja profissão o leva a trabalhar em gabinete. Para espaços físicos, pequeno quarto para diversos usos (*toilette*), estudos, trabalhos ou negócios, para coleção de instrumentos de física ou, ainda, “logarzinho com uma cobertura n’um

jardim¹⁵. Há variações segundo o uso e circunstâncias, o luxo e capricho dado á casa, abrigando decorações pessoais, como as salas íntimas de senhoras¹⁶. A palavra pode ser endereça para móvel ou armário, alguns de execução notável, ricamente trabalhados acomodando medalhas, jóias ou produtos da natureza. O afamado emprego da palavra associada a “gabinetes de curiosidades” (particularmente na Renascença e Barroco) refere-se à instalação de microcosmos açambarcando o mundo divino e terreno, sustentados pelo empreendimento intelectual de homens dotados de diferentes ideologias e discursos que, em alguns casos, modelaram representações das sociedades ameríndias com conotações morais afetando a Europa distintamente e não ao mesmo tempo¹⁷.

Por vezes, gabinete e museu são tomados um pelo outro indicando formações ligeiramente diversas no universo dos museus e na história das ciências. Irina Podgnorny identifica gabinetes a ambientes mais fechados, dedicados a estudos universitários. Museu para os “grandes museus-monumentos” símbolos de grandeza remissivos das conquistas de territórios abrigando coleções nacionais, espaços amplos de exposição pública e, quase no sentido inverso, caixas contendo coleções vendidas para escolas (museus escolares) ou congregações religiosas¹⁸. João Carlos Brigola, estudioso do universo museológico português no século XVIII, observou nuances embora no período pombalino (1750-1777) tivessem emprego indiferenciado. Mais adiante relaciona museu a *conteúdo* (a coleção), e gabinete ao *continente* (o próprio edifício que o abriga, no mesmo período, em universidades). Só posteriormente, nos diz o autor, os contornos ficaram mais formais quando museu passa a indicar espaços de exibição, quadro de profissionais e presença de público (como em Podgnorny), levando-o a optar pelo emprego de gabinete para o colecionismo de particulares, corroborado por relatos de viajantes¹⁹. Ainda Brigola, em outra obra, evidencia a mudança no Setecentos com a passagem de gabinetes privados, plenos de coleções, para proprietários coletivos e institucionais, identificando o movimento com certa matriz inglesa, alargando o conceito de posse e introduzindo com maior ênfase a idéia de museu; os gabinetes ficaram para os institutos e academias²⁰.

No Brasil marcaram época os gabinetes de leitura laicos e de “saber moderno”, abertos aos sócios, propagando livros e leitura, diferentes das bibliotecas públicas de consulta gratuita²¹. Fala-se em gabinete ou escritório para recintos domésticos ou de trabalho, mais para homens do que para mulheres no século XIX e início do seguinte²² ou associados aos laboratórios de física, química, material anatômico, instrumental de farmácia ou cirurgias vinculado ao ensino e instrução. Denominados simultaneamente gabinetes ou museus surgem em colégios, escolas públicas ou particulares, masculinas ou femininas em diferentes graus de formação. Para famílias de elite possuir o gabinete particular de história natural tornou-se costume, para não dizer, moda²³. Observa-se que as gradações são tênues decorrendo da proeminência dada aos conjuntos na dependência da condição social e cultural, local e época e, certa especialização, sem muito rigor metodológico, em se tratando do vocabulário em domínios como a Museologia e a História Natural, na sujeição das mesmas variáveis.

Para o estudo do gabinete de história natural criado na cidade do Salvador seguimos o caminho proposto por Heloisa Barbuy²⁴, ao priorizar os processos culturais por expressarem visões de determinada época ao invés de se ater ao grau de ciência alcançado. Justamente do que trata o presente caso. Ao tomarmos como ponto de partida a nota retrospectiva sobre o gabinete formado em 1835, publicada em 1910 na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), procuramos rastrear não pontos culminantes ou de alcance científico, mas o cruzamento de ações que explicitassem a criação, continuidade e descontinuidade decorrentes da doação do francês Jean-Baptiste Douville, entremeadas com questões educacionais na Bahia Oitocentista. Abordagem que procura captar as intenções colecionistas e os impactos na cultura do lugar, trazendo-nos indícios sobre a implantação de instituições museais e rastros sobre a formação do patrimônio cultural na Bahia²⁵.

Repare-se que ao fazê-lo a agremiação baiana volta-se para a Regência (1831-1840), época transitória de crises políticas e confrontos partidários entre a maior ou menor autonomia das províncias, revoltas em diferentes regiões em território fragmentado e isolado, sociedade igualmente fragmentada e em transformação cultural. Nesse ínterim, em 1839, foi instalado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com a função de desenvolver, impulsionar e manter, no plano intelectual, a circulação de novos saberes produzidos por comunidades internacionais junto à elite interna ligada ao projeto político pós Independência²⁶ embora, anteriormente, ilustrados mantivessem relações com academias

do exterior. O instituto carioca, centralizando a produção da história nacional procurou ramificar-se nas províncias do Império²⁷. Na Bahia, o Instituto Histórico Provincial surgiu em fase bem posterior. Instalado em 3 de maio de 1856 de funcionamento precário até 1877, esforçou-se para manter sintonia com os objetivos da agremiação carioca²⁸. O IGHB, instalado em 1894 manteve diretrizes similares evidentemente com tons locais, preocupado com a dispersão e extravio contínuo de documentos (reclamação presente no Histórico Provincial), justificativa para ajuntar e coligir o próprio da Bahia e formar o arquivo, a biblioteca e o museu, tripé documental que daria lastro à memória social regional associada aos objetivos patrióticos, civilizatórios e educativos da nação em formato republicano.

Para o entendimento da informação na revista do IGHB na primeira década do século XX, se faz necessário elencar antecedentes. Em 1835, enquanto se oficializava a criação do Gabinete, acontecia a disputa por espaços entre a Faculdade de Medicina da Bahia e o governo da Província, incluindo o recentíssimo Liceu Provincial nem sequer em funcionamento. Nesse cenário, longe da cidade do Salvador, em direção às terras da Vila de Ilhéus, desde poucos anos antes, corria o aventuroso itinerário do estrangeiro Douville, motivo para acompanhá-lo nas andanças pela Bahia de modo a apreender a formação da coleção doada. Instituído o gabinete de história natural nos voltamos aos usos do legado, pressupondo ampliações ou restrições ao conjunto primeiro, o exercício de tarefas atinentes à ciência, caso da classificação das espécies, ensino e exposição seguindo as prestações de contas dos presidentes da província nos relatos oficiais (*Fallas*) no período do Império, justificativa para o recorte temporal. Procura-se ultrapassar a fase propriamente de coleta voltada para o mundo natural da Província da Bahia Oitocentista, fixando-nos nas relações culturais associadas ou decorrentes.

Ver-se-á que, entre a fase de coleta e a de utilização, pensada ou efetivamente aplicada ao Gabinete, forma herdada dos círculos europeus, se interpôs sucessivos deslocamentos do campo para a capital e na própria cidade do Salvador, pelas mãos de sujeitos sociais da elite política e cultural em busca do ajuste às necessidades e interesses da conjuntura local. Em ordem cronológica inversa iniciamos pela notícia de 1910, e os desdobramentos que pudemos investigar.

200

Desdobramentos da notícia de 1910: o Gabinete de História Natural no Liceu Provincial da Bahia

Rever a notícia Gabinete de História Natural da Bahia, publicada na revista do IGHB (RIGHB) remete, em análise mais detida, à sobreposição de camadas de tempo em distintas mobilizações culturais. É possível relacionar a dinâmica da agremiação baiana da primeira década do século XX, à maior percepção das cidades e regiões no Brasil encontrando na Exposição Nacional de 1908, comemorativa da abertura dos portos, a ocasião favorável para olhar “dentro” do país. A modernização republicana pretendia outro padrão civilizatório considerando-se a “progressiva historização”, isto é, certa descontinuidade com o período anterior o que não significa a exclusão da “vontade de continuidade”²⁹. Na cidade do Salvador, modifica-se a estética urbana, investe-se na rede de transportes e na resolução de problemas de higienização e educação, procurando equipá-la com melhor infra-estrutura definida pelo receituário modernizante para ‘sanar’ problemas sociais deixados pelos rastros do Império; assim se pensava. O IGHB comprometeu-se com essas questões desde a implantação (Estatutos de 1894), além de salientar a história e geografia brasileira e a regional para preencher as respectivas lacunas. Nesse nicho se encaixa a proposta de ter um museu aos moldes do Museu Nacional que desenvolvia pesquisas científicas, laboratórios de estudos e o observatório astronômico; projetos deixados ao discurso. É preciso notar que a agremiação baiana, contando com significativo acervo de publicações (recebidas, doadas ou trocadas) estava contemporaneamente informada sobre temas correntes no mundo intelectual brasileiro e do exterior, em relação às pesquisas e modelos museológicos³⁰.

Mais de setenta anos depois, o veículo de divulgação do IGHB, a revista, retoma sucinta informação, sem autoria, composta por excertos de documentos, referenciando a existência desse gabinete³¹. Não é de estranhar que a intelectualidade baiana visse na retomada de registros do passado representações culturais significativas, mesmo sem

as resignificar, como comprovando a sincronização da Bahia às atividades científicas desde o Império³², a exemplo da longuíssima tradição colecionista. A nota, entretanto, resulta em duplo seguimento: àquele que quer avivar a memória, e àquele que abre o lapso informativo ao deixar para o leitor a missão de preenchê-lo na fronteira temporal entre o passado (1835) e o presente de 1910, quando da chamada para o Gabinete de História Natural *da Bahia*. Apesar do vácuo entre um e outro se tem dados importantes. Fica-se a par do aceite da doação de forma indireta, uma vez que a Assembléia Legislativa Provincial determina a criação do gabinete. Sobressai a disputa pela definição do lugar em que ficaria a coleção esbarrando em diferenças entre um impessoal Presidente da Província³³ e, igualmente impessoal, Faculdade de Medicina. Detém-se que o gabinete passou por fase de expansão e contração com a perda de “grande numero de objectos” justificada, sem explicações, pela revolta de 1837 (Sabinada)³⁴, e foi ampliado pela aquisição de outras coleções as expensas do governo provincial (ofício de 21 de março de 1838). O gabinete “pouco rico” passou por período de “soffrível (...) prosperidade”, seguido de decadência, na escrita diagnóstica de Eduardo Ferreira França³⁵ assinando o documento. No trecho de 1856, rubricado pelo mesmo E. França como Diretor do Gabinete de História Natural³⁶, a rápida referencia à tipologia e trânsito das coleções duas décadas depois: uma de “insetos, borboletas e etc”, e outra de “beija-flores e alguns animaes diversos” entregues ao diretor interino Dr. Pio Aducci³⁷ em troca de outros conjuntos para certo “Gabinete Romano”, diminuindo os espécimes já depauperados. Pela cronologia dos ofícios (1838; 1853; 1855 e 1856) confere-se que o gabinete não ia bem apesar dos investimentos ulteriores e envolveu o Liceu Provincial passando a funcionar em 1837, portanto, dois anos após a oficialização do gabinete³⁸.

Na tentativa de recompor a malha de elementos contextuais relembramos em primeiro lugar que, a privilegiada posição estratégica da cidade do Salvador, passagem de muitos estrangeiros, contribuía consideravelmente para fortalecer as “redes de informação”³⁹ fundamentais para o colecionismo da história natural acumulado em Portugal, recebendo os produtos e textos variados, produzidos por sujeitos de diferentes proveniências, formações e funções ao palmilharem terras brasileiras. Das Viagens Filosóficas concebidas por Domingos Vandelli, o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, receberam contínuas remessas a exemplo da amostra de cobre nativo, recolhido na capitania da Bahia, em 1782⁴⁰. Entre o final do século XVIII e algumas décadas do XIX, o viajante brasileiro Antonio Moniz de Souza (1782-1857), baiano, herborista se destacou na busca de plantas medicinais fornecidas aos médicos e ao Colégio Médico-Cirúrgico. “Botânico” reconhecido pela elite da Bahia e a imperial no Rio de Janeiro, atravessou regiões brasileiras (Recôncavo Baiano, Porto Seguro e Campos dos Goytacases, dentre outras), contatando comunidades caboclas e indígenas, deixando obras escritas que alcançaram divulgação⁴¹.

No quadro dos antecedentes credita-se a posição de Portugal e o valor mercantil dos produtos e a necessidade de estabelecer elos com a ciência, componente eficaz para o *status* e poder imperial, incentivando a transposição de estruturas culturais de lá para cá. Caso exemplar abarca a proposta de criação da Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras, observando-se as idéias contidas e que acabaram arrastadas no tempo. Dois anos após a vinda da corte lusitana para o Brasil, em 1810, a Real Academia de Lisboa planeja essa “espécie de filial” da agremiação lisboeta indicando o sócio baiano Antonio de Oliveira Mendes para manter a ligação entre Portugal e a Bahia⁴². Percorrendo as *Preliminares*⁴³ que plasmariam a academia baiana tem-se parâmetros do colecionismo naturalista seguindo a ciência luso-brasileira, de cunho iluminista, com o fito de produzir conhecimentos utilitários e informá-los á Lisboa. O projeto contemplava a instauração de extensa rede de informações e coletas transpondo a província de tal modo que, em “cada cidade, villa e logar mais considerável do seo continente, e fóra d’elle” haveria um sócio de confiança ou recomendado para enviar observações, descrições, modelos, produtos naturais, noticias e tudo o que pudesse ser coligido. Ter-se-ia, diríamos hoje, um verdadeiro complexo científico e museológico composto pelo observatório astronômico (expectativa levada pelo IGHB)⁴⁴, a instalar no ponto mais alto da cidade e próximo a outros recursos fundamentais para os padrões científicos mesmo antes desse período: o jardim e horto botânico⁴⁵, o laboratório químico e um museu.

O planejado museu se prestaria à instrução com coleções de medalhas, máquinas, instrumentos físicos, estampas e pinturas, um “depósito” de máquinas e instrumentos físicos e a biblioteca, abertos ao público em dias determinados. Bem interessante saber que, ao lado do ensino de línguas vivas (francês, italiano, inglês e alemão) ministrado por sócios ou contratados, um bibliotecário “perpétuo” ainda que dotado de “dignidades acadêmicas”, se encarregaria

da conservação dos livros, papéis, manuscritos, memórias e outras obras, da elaboração de catálogos e indicação de livros para serem adquiridos⁴⁶. Em uma *sala do muzeu* o lugar para aulas: de história natural, química e todos os ramos da história, a *brazilica* incluso. Mantido intelectualmente pela linhagem de nobres sócios portugueses, brasileiros (José Bonifácio, um deles) e estrangeiros (como Domingos Vandelli), interessava tudo o que dissesse respeito à América⁴⁷, servindo de esteio à ciência priorizando a observação e a “indagação e combinação de tudo quanto nos apresenta a natureza, segundo suas qualidades, leis, propriedades e efeitos”, ao tempo em que cuidariam da prosperidade das artes, indústria, descobrimentos e inventos. Os conhecimentos da história natural abrangiam a botânica, zoologia, mineralogia, química e física ora a serviço do desenvolvimento da agricultura, ora da medicina e da “arte de formular” prescrevendo remédios, combinando “as propriedades das diversas substâncias medicamentosas, para lhe assegurar, aumentar, ou temperar os efeitos”⁴⁸; práticas fundamentadas no registro de inventários e catálogos garantindo a circulação de informações e o desdobramento em estudos. A captação de espécimes, em articulação com os “museus regionais de cada capitania”, a enviar para o Museu e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro estaria protegida por Portugal, nas mãos dos reis, clero (arcebispo) ou governador e, assim, sob o olho cuidadoso da administração. Atitude indicativa da associação bem próxima entre o poder imperial com os gabinetes e museus, e da função de captadores ao se dar a exploração mais sistemática dos recursos naturais (também para fins comerciais), ultrapassando as faixas litorâneas. Os viajantes enviavam material recolhido não raro em caixotes⁴⁹, seguindo instruções de conservação, descrições e classificações⁵⁰, tarefa para conhecimentos especializados. Nessa transposição da natureza (e culturas indígenas) para os gabinetes e museus criava-se, externamente, a representação das terras brasileiras.

Os precedentes citados como o trabalho de Antonio Moniz de Souza, cujas publicações antecederam ou foram praticamente concomitantes à passagem de Douville pelo sul da província (1833 a 1834), e a proposta de criação da academia científica, certamente familiares aos círculos letrados da Bahia permitem crer que, o acolhimento da doação, encontrou portas abertas para o aceite, pois, o fluxo de informação, objetivos e resultados do colecionismo naturalista há muito estavam consolidados.

202

Outra lacuna que demanda explicações na nota de 1910 diz respeito ao lugar em que ficaria o “Gabinete Douville”. Fator-problema implicou em negociações entre a Faculdade de Medicina da Bahia⁵¹ e o governo provincial envolvendo o Liceu Provincial, em funcionamento efetivo em 1837. De um lado havia a obrigatoriedade de que os cursos de medicina ficassem junto aos hospitais e, de outro, a contingência para alojar o doado frente à disposição da administração em fundar oficialmente o Gabinete. Ocorre que não havia tantas edificações disponíveis para essa função. Os conventos religiosos, dentre os mais amplos, tendiam a se expandir de simples ermidas para conjuntos arquitetônicos complexos de modo acomodar celas, cozinha, salas de uso privado e outras, em separado, para o atendimento de habitantes, como as boticas. Com as flutuações das ordens religiosas conventos foram desocupados, reutilizados e, por vezes, compartilhados. Foi o que aconteceu. Por volta de 1833, a Faculdade de Medicina pressionava a *Caza da Misericórdia* de “propriedade nacional” para cumprir a lei imperial ocupando-a com aulas, biblioteca, secretaria, laboratório químico e vários gabinetes – no sentido mesmo de salas – de física, anatomia e “matéria médica”. A necessidade transformada em disputa prolongou-se até 1835 quando o vice-diretor, médico e lente Jonathas Abbott contestou a requisição do governo da província esperando instalar, no mesmo lugar, o *Muzeu Provincial* com “objectos” do Gabinete de História Natural⁵².

O Dr. Abbott argumentava a favor da Faculdade para alojar o equipamento do laboratório químico sem perda para o ensino. Foi incisivo: as salas em questão não se prestavam para guardar a coleção. A espinhosa correspondência trocada entre o Dr. Abbott e a administração da Província da Bahia indica as dificuldades para instalar adequadamente o gabinete com a coleção doada, e sobre a natureza do conjunto e o estado de conservação em que chegou à cidade do Salvador. Vejamos: o lugar requerido pela administração provincial era “incompetente”, ao nível do solo e próximo à cisterna “húmido, escuro, baixo, pouco arejado”, prestando-se menos ainda para conservar a coleção de “aves, peixes, insectos, e molluscos [que] exigem um local elevado, secco, bem ventilado, e onde a luz tenha livre, e fácil acesso”. Os espécimes chegaram “arruinados”:

...os quadrúpedes, e os vegetais offerecidos [pelo] Francez Douville, no peor estado possível, não será de certo da intensão de V. Exa. [que] taes objectos venhão, pela improiedade do local a arruinar-se de todo⁵³.

O comprometimento do governo provincial e a pressão da Faculdade de Medicina coincidiram com o momento da fundação do Liceu Provincial em 1836, precisando de lugar, corpo docente e verbas⁵⁴. Foi designado o Convento dos Frades Franciscanos, localizado no Largo da Palma. A narrativa de Gelasio de A. Farias e Francisco da C. Menezes, comemorativa do centenário do Ginásio da Bahia (denominação posterior do Liceu⁵⁵) em 1937, dá outra conotação à recepção e qualidade do material doado por Douville, divergente dos escritos de Abbott, e traz indicações sobre a estrutura de funcionamento do gabinete no Liceu concebido para estudo, observação e exposição. A mesma resolução definindo a criação do gabinete de História Natural, assinada por Manoel Antonio Galvão, vice-presidente da província⁵⁶, destinava “gabinete ou sala” em edifício público – ponto que criou os atritos com a Faculdade de Medicina –, a ocupar com estantes, armários e o que fosse necessário para guardar, conservar e expor “metodicamente” o material doado. O expor com método exigia pessoa preparada. A resolução determinava a nomeação de “homem da profissão que mais apto e idôneo for” recebendo pelo serviço de classificação de acordo com “algum dos sistemas ou métodos conhecidos”, obrigando-o, em troca, explicar duas vezes por semana a escala taxonômica (classe, ordem, gênero, família, espécie) frente a cada exemplar e as respectivas propriedades para a medicina, agricultura e indústria. Um empregado ou dois cuidariam da conservação e limpeza⁵⁷. Instalado dentro do Liceu Provincial, organizado por detentor de conhecimentos, o Gabinete deveria servir para a instrução, portanto, frutífero para o aprendizado. A resolução não remete aos alunos, mas, interessados ou eventuais curiosos, prevendo receber os que queriam estudar ou observar “de perto” os objetos naturais. Para o olhar tão próximo, regras: os objetos seriam colocados em mesas frente as estantes, com a restrição de que não fossem levados do ambiente, e visitação sujeita á horário (das 9 às 14h) e dias (exceção aos domingos e dias santos)⁵⁸. Como mencionado o médico Eduardo Ferreira França, professor de química da Faculdade de Medicina foi indicado diretor por sua formação para executar as tarefas previstas. Admitiu-se duas décadas depois, em 1870, a incompatibilidade do duplo cargo de professor na Faculdade de Medicina e no Liceu, e a responsabilidade ficou somente para professor do Liceu. A coleção ficou alojada no Liceu, por sua vez, alojado como vimos no Convento da Palma:

Foi escolhida, no andar superior do prédio, uma espaçosa sala em forma de u, abrangendo tres lados do edificio, para ahí serem colocados os grandes armarios, repletos de objectos raros nos 3 reinos da natureza, e ahí permaneceram estes durante a existencia do Lyceu, do Instituto Official e nos primeiros tempos do Gymnasio. Instalado o Gymnasio no edificio novo, ao Itororó pequeno, onde ainda hoje funciona, passou o Museu para o pavilhão Rio Branco, sob a guarda do Cathedratico de História Natural⁵⁹.

203

Conclui-se que a Faculdade de Medicina ganhou o espaço na Misericórdia, e o Liceu Provincial o gabinete formado por “riquíssimos objectos das duas secções naturaes”, segundo os mesmos autores.

Atração obrigatória para visitantes interessados, nacionais ou estrangeiros, o “precioso museu” do Liceu Provincial foi visto e elogiado pela Princesa Teresa Cristina da Baviera (agosto a outubro de 1888), interessada em história e filosofia natural. O museu contava com boas peças etnográficas (artefatos indígenas – cocares, “armas selvagens”), e na seção de zoologia a nobre figura pode solucionar dúvidas sobre pássaros observados durante suas viagens pelo interior do Brasil. Embora desacreditado e abandonado de acordo com as *Fallas*, a importância do gabinete para o sistema de instrução pública que se formava foi exibida com orgulho a Pedro II, em sua viagem a Bahia em 1859, percorrendo as instalações do Liceu no dia 29 de outubro, assistindo aulas e examinando “(...) igualmente o Gabinete de História Natural. Em que tomou alguns apontamentos, e exigiu diversas informações do director d’aquelle estabelecimento o Sr. Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Botelho. (...)”⁶⁰. O ensino para o qual o Imperador dava atenção em seu *tour* constava do programa de desenvolvimento da Bahia, o que leva a crer que o Liceu e o gabinete (ou museu) de história natural, ao modo de cartão de visita da capital da província, se prestavam a demonstrativo adequado e convenientemente da preocupação e esforços dos representantes do governo para com a ciência e a civilização, em prova do progresso almejado.

Analisado o conteúdo da nota de 1910, as ocorrências de explorações pretéritas, a proposta de criação da real sociedade acadêmica sediada na cidade do Salvador, as disputas por espaços e local para acomodar a oferta do viajante francês, procuramos apreender a constituição da coleção pelo polêmico Jean Baptiste Douville (1794-1837). Ao lado de escritos de autores, contamos com o manuscrito *Notes du voyage fait chez les sauvages du Brésil, les Cutachos,*

les Mongoyos, les Patachos, les Kerequimu, les Gadios et les Machacalis, fait pendant les années 1833, 1834 et 1835, par J.-B. Douville, digitalizado e disponível em dois repositórios cujos cadernos não seguem a mesma ordenação: o da Biblioteca Nacional (BN), trabalhado com notas complementares, datilografadas em português (s/data), e o da Bibliotheque Saint Genevieve (daqui em diante, BSG), na França⁶¹.

O viajante francês nas andanças pela Bahia: dúvidas sobre a coleção

Anne Stamm, etnóloga especializada em África, debruçou-se sobre *Voyages au Congo et dans l'intérieur de l'Afrique équinoxiale*, de Jean-Baptiste Douville, publicado em 1832 comparando datas e percursos. Do ponto de vista científico detectou desacordos, erros de mensuração astronômica com medições de instrumentos imprecisos e conhecimentos científicos sumários o que ocorreu com aqueles que primeiro desbravaram regiões desconhecidas. Quanto ao personagem ponderou que a vida particular de Douville, o caráter, obra e carreira foram marcados por “zonas obscuras, ambigüidades e incertezas”; finda seu artigo aceitando-o explorador⁶². Pode-se dizer que Douville teve uma vida de versões traduzida no instigante título *Jean-Baptiste Douville, naturaliste calomnié ou imposteur démasqué?*, atribuído por Pierre Verger⁶³ em que se remete à Stamm e à Gelásio & Farias. Sobre as idas e vindas de Douville para o Brasil, nas palavras do historiador Cid Teixeira que “cruzou o Atlântico várias vezes, frequentando os portos do Brasil, da África e da Europa”⁶⁴, apresentamos síntese baseada em Stamm e Verger, seguida do captado no manuscrito nos dois repositórios.

Douville, de acordo com Stamm, conheceu a “glória” ao receber medalha de ouro da Sociedade de Geografia de Paris (admitido em 1826), em reconhecimento as descobertas no Congo (teriam ocorrido entre 1827 a 1830) e, pela mesma agremiação, duramente criticado, problema levado à imprensa francesa e inglesa sobre a autenticidade da viagem, levando-o a se justificar⁶⁵. Residiu na Inglaterra, viajou pela Europa, América do Sul e partes da Ásia, traçou planos para vir ao Brasil, seguindo para a Patagônia – aonde chegou –, pretendendo ir à China atravessando o Pacífico, viagem que desistiu⁶⁶. Passou por Montevidéu, associando-se a uma jovem senhora conhecida em embarcação, parou em Buenos Aires e desenvolveu empreendimento comercial. Acusado de falsificador, preso e inocentado, casou-se com a companheira (2º. casamento), aportou no Rio de Janeiro como negociante (casa de comissão e vendas). Na capital do Brasil, teve problemas com a Corte Suprema brasileira (1827), partindo para Luanda (Angola). Não se sabe ao certo, assinala Stamm, se para refazer fortuna ou comercializar a venda de escravos. Luanda foi o ponto de partida para a tão comentada viagem ao Congo que lhe rendeu a medalha e criou sérios problemas.

Do Rio de Janeiro em 1830, ofereceu as coleções recolhidas na África para a Sociedade Geográfica parisiense. Na volta para França, em 1831, escreveu autobiografia respondendo as acusações da agremiação francesa. Retorna ao Brasil, chegando a Bahia em 4 de julho de 1833, de acordo com Verger⁶⁷. Teve trágico fim em Carinhala (Rio São Francisco), assassinado em 26 de maio de 1837. Anne Stamm data a doação de “suas coleções brasileiras a Escola de Medicina da Bahia”, em 14 de abril de 1835, para constituir o “Gabinete Douville” base do Museu de História Natural local⁶⁸.

A primeira nota do manuscrito⁶⁹ no repositório brasileiro chama a atenção sobre a fidedignidade da autoria, seguida do rol dos temas contidos: anotações sobre rochas na província da Bahia; relações de plantas e madeiras do Brasil; itinerários; vocabulários de línguas indígenas; cópias de correspondências escritas para “personalidades da época e amigos” assinadas “JBDouville Engenheiro Geógrafo e Diretor dos trabalhos p.a levantar os mappas Geo. E Topo. da província.”; despesas e relação de equipamentos; os “fogos e habitantes” de Catete (Comarca de Rio de Contas; Bahia); comentários depreciativos sobre deputados da Assembléia Provincial da Bahia; trâmites da contratação de Douville (com o detalhe que se irritou com a demora), para executar a topografia e identificar a geografia da província⁷⁰; cópias de missivas, lista das obras impressas de sua autoria. Dois comentários copiados: de Antonio de Carvalho, concluindo pela acusação de impostor, e a do viajante George Gardner que de 1836 a 1841 percorreu províncias do norte brasileiro e Minas Gerais, detalhando aspectos ligados à morte de Douville, registrando sua passagem por Formigas (a caminho das Minas Gerais), aonde assumiu o papel de médico⁷¹.

O manuscrito de Douville se enquadra no âmbito dos textos de viajantes analisados por Mary Louise Pratt. São eles “suportes lingüísticos” nos quais os europeus demonstram e refletem seu agir e compreensão do mundo, conjugando interesses pessoais ao conhecimento produzido para a rede científica e o público europeu⁷². Salta às vistas a postura eurocêntrica em Douville: viajava para “observar os países estrangeiros”, anotando críticas. Sob esse olhar registra a visita ao gabinete de história natural do Rio de Janeiro: “rico”, porém, mal organizado, um “caos”. Os espécimes estavam sem classificação “metódica” – peixes perto dos pássaros, serpentes junto aos mamíferos, borboletas próximas aos patos, peças de ouro com as de chumbo –.⁷³

Do mesmo lugar de fala cria o cenário discursivo para o homem dedicado às ciências, sem “esperança de ganho, e recompensa alguma”, passando dois anos de trabalho entre os “selvagens” que ninguém ouvira falar. Enaltece o caráter firme de quem não retrocede perante obstáculos, persistente e sem atenção ao cansaço, colocando a utilidade das viagens acima de qualquer obstáculo e sem apoio de governo algum. Ao se defender dos “sarcamos” dos deputados da Assembléia Provincial da Bahia acusando-o de impostor (defesas publicadas nos jornais de época: *Gazeta da Bahia*; *Diário da Bahia*; *Correio Mercantil*), diz ser vítima de tramóias, “sorte que acompanha todos os viajantes, expostos á todas as especies de intrigas”. Viajantes eram vítimas da maledicência alegando que a verdade de sua vida de naturalista estava publicada em suas obras, assumindo as prisões em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, para o que escreveu em sua defesa⁷⁴. Nesses trechos se entrevê o temperamento suscetível comentado por Stamm, deixando patente a personalidade de difícil trato deste viajante francês. Nas suas respostas ou defesas, os conflitos e esforço pessoal evidenciando a postura de conhecedor do *métier*, pincelado de heroísmo a lhe garantir prestígio simbólico de próprio punho.

Viajante tarimbado percebe-se, no manuscrito, o Douville preparado para assegurar o sucesso do empreendimento: etapas de organização, transportes, seleção de equipamentos e instrumentos, meios para despachar o recolhido, custos e despesas, correspondências com intermediários ou interessados de forma a enfrentar a travessia de florestas da Bahia, a navegação pelo Rio Pardo (sul da Bahia), oportunidade em que diz cartografar mapas e lugares. Recebeu apoio local confirmado em cópias de missivas a que se deu o trabalho de reproduzir em seus *cahiers*. Na missiva do Presidente da Província da Bahia para o Presidente da Câmara de Ilhéus, lê-se a solicitação de prover o naturalista francês, senhor viajado pela África, cuja exploração pelo interior da Comarca para “instruir nos usos, costumes e linguagem dos [...] selvagens”, poderia ser de muita utilidade⁷⁵. A exploração serviu oportunamente a Manoel Cardozo Marques (Juiz de Paz) para juntar-se ao “Major Engenheiro e naturalista da nação Francesa”, como apresentado ao Presidente da Câmara Municipal de Canavieiras para chegar à Vila de mesmo nome, subir o Rio Pardo e explorar os “três reinos da historia natural Como sejam vegetal, mineral e animal.”, domesticando os “gentios” por meios apaziguadores, levando voluntários e pagando às próprias custas a contratação de canoeiros, materiais e utensílios necessários⁷⁶. Douville, nesse momento, “viajante científico actualmente explorando a provincia da Bahia”, recebe oferta de canoa, remadores e fornecimentos de gentes locais em nome dos “serviços a pátria”, alegação usada para acompanhá-lo. Infere-se, em termos de extensão de sentido, tratar-se de patriotismo dos sujeitos locais que encampam, sob aparente altruísmo e solidariedade, a propensão para sondar o território e as tribos, transformando em pública a causa particular em defesa da prosperidade (do “povo de Canavieira”). A ciência, por sua vez, alojava a justificativa para o Douville “sábio”, zeloso, com “sentimentos de humanidade”, exercer a função de portador dos benefícios da civilização para tribos “selvagens ainda privadas da luz do Evangelho”, na missiva para o vigário da Comarca de Ilhéus⁷⁷.

Nas rubricas à margem do manuscrito há anotações sobre o clima, território, percursos, paradas, partidas e chegadas registradas em dias, meses ou horas, as dificuldades e convívios. Um volume significativo de categorias etnográficas registra e descreve costumes, danças, trajes, mitos (Caipora)⁷⁸, ritos funerários, relações entre homens e mulheres, casamento, música e outros aspectos da vida indígena; sobre os negros; vilas; tabelas e estatísticas dentre tantas outras anotações ao lado de trechos sobre inquietudes, reflexões e sensações que pensa ter causado. E da natureza ao redor: vegetação, insetos, serpentes, abelhas, aranhas, plantas as mais variadas, plantas medicinais (e respectivos usos), frutas, folhas, madeiras, rochas seguindo a cartilha dos viajantes naturalistas. A certa altura troca com os índios “muitas coisas” por miçangas (*perles*), para obter víveres⁷⁹.

Entrar pelo território e formar coleções eram atos concomitantes e contínuos. Foi em “meio a um povo selvagem” que Douville relatou ao Rei de França que havia feito “numerosas coleções de objetos de historia natural”. Para o cônsul da França na Bahia que tivera sorte (*fortune*) com os mesmos tipos de objetos, encontrara um bom servo para os momentos de defesa e, principalmente, para formar todas as coleções pelo interior da Bahia⁸⁰. Amparado pela rede de relações mantida por correspondências com estrangeiros (e locais), conseguia enviar o coletado através de barco, ocasionalmente, em fardos marcados (D#1, D#2, D#3): madeira, serpentes, plantas (pedaços de cana brava, por exemplo), arco e flechas, animais⁸¹.

Guiados pelo título *Catalogo dos animaes, vegetaes e mineraes depositados por Monsieur Jean-Baptiste Douville na caza da botanica da Eschola de Medicina de Bahia* (1835)⁸², tem-se a indicação do material dos três reinos, mas não dos exemplares doados. Houve remessas desde 1833, informadas especialmente ao cônsul da França na Bahia. Se não há dúvidas que o Gabinete Douville foi composto por “objetos de historia natural”, como dito à época em certa coisificação da natureza, o Dr. Abbott detalha a presença de espécimes animais (quadrúpedes), aves, insetos, moluscos, peixes e vegetais. Na escrita de Manoel Cardozo Marques (Juiz de Paz), a exploração visava os *três reinos da historia natural* (vegetal, mineral e animal), e dos três chegaram peças ao Liceu de acordo com Farias & Menezes (1937). O registro do próprio Douville indica o envio de pedras e madeiras. O curioso é que, embora tenha transitado entre tantos povos indígenas e despachado arcos e flechas, tal como no manuscrito, a referência a artefatos dessa natureza aparecerá em dois momentos distintos nas fontes consultadas: em 1872 quando da Exposição Provincial na Bahia (*Fallas*), e no relato de 1888 da Princesa da Baviera, indicando o acréscimo de outros conjuntos. Confirmação, aliás, registrada nos excertos de 1910.

Frente às condições da viagem não é difícil deduzir que muito se perdeu pelo caminho em razão de fatores que, certamente, interferiram na deterioração do recolhido. Basta observar o tempo decorrido entre as coletas iniciais (1833 e 1834), a oficialização da doação (1835) e a instalação no Liceu Provincial (1837) – sem que se saiba ao certo aonde ficaram entre um período e outro –, além das condições de traslado e as distâncias (do campo para a cidade do Salvador) para cruzar as florestas da Bahia. O Dr. Abbott, nessa perspectiva, teria razão. Apesar dos percalços, coletar e formar coleções fundamentou o surgimento do “Gabinete Douville” pelo governo da Província para a Bahia, sem fugir ao protocolo colecionista para a história natural. Douville deu sua cota de contribuição e, provavelmente, para a classificação do material coletado já que, em seus cadernos, há anotações a respeito. Não obstante o direcionamento *a priori* da coleta, parte constitutiva do intenso rastreamento da natureza alicerçado nos princípios filosóficos e intelectuais em voga desde séculos antes, a história natural pretendida, em termos científicos, se construía a partir de séries extensas. O que significava dar continuidade ao núcleo inicial para estudos comparativos e a produção de saberes ainda desconhecidos. Era preciso, portanto, dois movimentos posteriores para consolidar o iniciado pelo governo provincial: ampliar a coleção e acrescer conhecimentos sobre as espécies brasileiras. Nesse ponto vale lembrar que a administração pública promoveu a contratação de conhecedor no assunto (médico), com competência para desenvolver a classificação seguindo algum sistema ou método renomado. As diretrizes existiam. O que nos leva à pergunta: o que aconteceu depois?

O destino do Gabinete de História Natural nas *Fallas* oficiais

Delimitando o olhar para o destino posterior da oferta de Douville pode-se levantar através das “*Fallas*”⁸³ recitadas pelos presidentes, algumas questões relativas à abertura do Gabinete e demandas da instrução pública. A educação desempenhava papel central, pelo menos em tese, para a formação da Nação que transcendendo os limites geográficos, implicava no consenso simbólico a ser construído, imposto e ensinado à população. O governo de Pedro I ao promulgar a Constituição (1824), inspirado em idéias liberais em confronto com a resistente sociedade de espírito colonial, procurava reger a educação primária e secundária. Mesmo sem recursos realistas para implantar o projetado,

o tema estava programado e despontava nos discursos oficiais dentre as esferas de atuação do poder provincial na consolidação de objetivos mais amplos. A alinhada Província da Bahia promulgava a necessidade do cidadão conhecer a si próprio e se interessar pelo Estado e, por tais vias, *amar* “as instituições liberaes, que tanto convém arreigar em nossa Patria, [que] vai em progresso. (...)”⁸⁴. O foco nas luzes banhados pelas ideias filosóficas e no progresso da razão sedimentava as locuções governamentais para a importância da instrução pública. Nesse enquadramento o Gabinete de História Natural aparece como item de utilidade, mesclado as questões alusivas da instrução pública (contratação de professores, por exemplo), próximo às informações sobre o Liceu Provincial e ao lado de outras instituições, como a Biblioteca Pública. O empenho, no entanto, não se manteve estável. Há anos em que nem sequer é mencionado, em outros uma ou duas linhas dão conta de informar as poucas alterações realizadas no estabelecimento e, em outros ainda, encontra-se comentários mais detalhados.

Em 1846, o “pequeno estabelecimento, creatura da legislação provincial” achava-se bem dirigido, de utilidade “inegável” para o Liceu e a Escola de Medicina, precisando de auxílio para mantê-lo e aumentá-lo. O Gabinete era a síntese do que havia na Província e importante para os “Naturalistas e curiosos nacionaes, e ainda mais aos Estrangeiros, encontrando logo ao saltar o prospecto das riquezas naturaes, que com mão prodiga Deos derramou sobre a America”⁸⁵. Não obstante os elogios, utilidade e entendimento dos usos que poderiam ser dados, a revelia dessa importância, a situação do Liceu e do Gabinete foi criticada durante todo o Império, resultando na baixa frequência e credibilidade diante da sociedade, sendo escolha das classes mais abastadas a opção pelo ensino secundário particular e não o público⁸⁶. Localizado nas dependências do Liceu, o Gabinete não parecia vinculado diretamente à formação de seus alunos, ficando apartado do currículo proposto. Segundo relatório elaborado por comissão específica no ano de 1840, o diretor do Gabinete teve somente cinco ouvintes e apenas um em 1845, o que demonstra a ressonância ainda tímida perante a sociedade⁸⁷. A disciplina de História Natural e suas ramificações valorizadas desde a década de cinqüenta, só passaram a fazer parte do currículo primário depois da reforma proposta por Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, Presidente da Província, em 1881⁸⁸. O principal objetivo era ensinar, desde cedo, as regras de classificação, aliadas aos conhecimentos uteis de física e química, de onde brotaria “(...) mil correntes fertilizadoras que espalhão-se por todas as artes e em toda a prática da vida. (...)”⁸⁹.

207

Conforme demonstram os orçamentos e planilhas de gastos públicos, a folha de pagamento dos funcionários do Gabinete de História Natural vinha da verba do Liceu Provincial. Em alguns momentos, chegou a ter a disposição quantias anuais de modo a obter o necessário para as demonstrações práticas, permitindo a aquisição de novas peças para o acervo. Foram comuns as doações de professores e colecionadores, a exemplo de amostras de cascalho para exploração de diamantes, oferecidas por Dr. Francisco Pereira de Aguiar, e uma “pelle de giboia (boa constructor) [sic]” doada por Sr. Dr. Jose Eduardo Freire de Carvalho à província⁹⁰. A quantia de 2:360\$ consignada em Lei vigente para todas as despesas mostrava-se insuficiente para o pleno cumprimento das funções de coleta, ordenação e a classificação dos três reinos⁹¹. Em 1856 o Gabinete encontrava-se não só estacionário, mas, decadente. Com a morte de Eduardo Ferreira França, regente desde a criação, assumiu o professor Dr. Joaquim Antonio d’Oliveira Botelho, “sem tanta destreza” no trato com o acervo, sobretudo na preparação das aves e animais⁹². Outros fatores concorriam para a pouca visibilidade do Gabinete: não conseguira despertar o gosto para o estudo da História Natural, muito menos servir as inúmeras aplicações para a indústria e agricultura. As *Fallas* expressam o descontentamento e a crença de que se visitado facilitaria os estudos e o despertar do “amor para esses conhecimentos” da parte da população. Se freqüentado – “Então, e só então” – se veria respostas para as “necessidades da industria e da agricultura [que] reclamão cada dia mais o ensino profissional”⁹³, em evidente atenção e apelo para a economia regional.

Nota-se a partir da década de setenta a mudança de denominação de gabinete para *Museo* ou *Museo provincial*⁹⁴, sugerindo (como em Podgnorny e Brigola, citados inicialmente) maior abertura para visitantes, permanecendo o horário de funcionamento (segunda a sábado, 9 h às 14 h; fechado aos domingos e dias santos), indicado desde o início para o “Gabinete Douville”⁹⁵. Em 1879, o governo reclamava que o horário e período vedavam a visitação para “todas as classes sociaes (...) occupadas em seus misteres, ninguém pode visita-lo, nem mesmo os estudantes, senão accidentalmente”⁹⁶.

Nesse ponto, reportamos mudanças relacionadas à participação da Província em eventos protagonistas da “sociedade do espetáculo” do mundo burguês. Referimo-nos as exposições provinciais ligadas às nacionais e internacionais fazendo com que os países concorressem para apresentar o seu melhor, contando no Brasil com grande entusiasmo de Pedro II. A Bahia organizou mostras na província e marcou presença nas exposições nacionais e internacionais. Fase de novos princípios filosóficos, positivismo comteano, evolucionismo e darwinismo social e idéias laicas, progressistas e antimonárquicas atuando sobre toda uma geração. E, concomitantemente, de crescimento econômico capitalista e ampliação dos mercados, inovações tecnológicas e de comunicação de tão forte influencia que os ecos oriundos desse movimento internacional influíram em muitas direções. A iluminação a gás, por exemplo, que por conta da exposição provincial de 1872 chegaram as salas do Museu que com “pequena despeza poderia ter seus salões abertos durante algumas horas da noite.”⁹⁷ Todavia, ao que parece, não resolveu a questão da visitação.

As exposições reverberaram igualmente nos catálogos. Publicação obrigatória para participar dos eventos, os catálogos das exposições prestavam-se à divulgação, porém, definiam classes e categorias inscrevendo ordens de conhecimento e científicas, implicando em hierarquia, subordinação e, desse modo, comparação, criando disputas acirradas entre os países sede dos eventos (Inglaterra; França). Tendo em mente que os catálogos não foram (e não são) meras listas extensas, mas, sim, reflexo do poder político, a “coluna vertebral” da articulação de interesses, neste caso, dos participantes dos empreendimentos dessa natureza⁹⁸. Relembra-se que no mesmo ano de 1872 acontecia a Exposição Provincial na cidade do Salvador, antecedendo a mostra nacional no Rio de Janeiro e a Internacional de Viena (Áustria, 1873). A época a exposição ocupava a área do Liceu para o evento. Vemos na ressonância da conjuntura mundial e nacional motivo mais do que incentivador para que Antonio de A. de Aragão Bulcão (1879-1881) informasse a seus pares a proposta de execução do catálogo para apresentar os espécimes e quantidades do reino animal e mineral do Gabinete de História Natural, devidamente classificados, ordenados em estantes, mencionando o grande numero de sementes e espécimes de utilidade (já catalogadas em manuscrito) para a indústria e agricultura.

De fato, a exposição de 1872 contou com catálogo geral. Nele está a notificação sobre o “Gabinete de Historia Natural, a cargo do Sr. Dr. Luiz Alvares dos Santos, professor de Botanica e Zoologia do Lyceu”, registrando os espécimes apresentados: mamíferos (com pequena nota no final comentando o fornecimento de carnes e o aproveitamento de partes), aves, répteis, ofídios, batráquios, peixes, insetos, vermes, moluscos, zoófitos, madeiras do reino vegetal, minerais e “Objectos dos aborígenes” (ornatos de penas, tanga, instrumentos de guerra, arcos e setas, outros), finalizado com observações sobre a importância da História Natural em vasto campo de aplicações⁹⁹. Talvez movido pela importância dos catálogos dos grandes eventos, Antonio Bulcão propõe a publicação de catálogo específico para o Gabinete de História Natural, o que daria unidade maior as diferentes categorias¹⁰⁰. Contudo, não está explícito se para fins científicos ou comerciais.

Se no ano de 1872, com a Exposição Provincial, aparentemente acontecia um momento áureo para o Gabinete do Liceu pouco mais a frente, em 1876, designado *Museo*, o Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes (presidente de 1875 a 1877), propõe medidas para estancar o esfacelamento. Observe-se na citação, os pontos indicativos de que havia elementos para estudos da história natural. As coleções poderiam ser intercambiadas ao menos por duas instituições (Faculdade de Medicina e Liceu Provincial), e havia interesses que rondavam o contexto econômico do império brasileiro, pensando-se na indústria e na agricultura, mas, faltava o preparador:

*(...) Para o levantar do estado em que se acha, propões as seguintes medidas: 1 Estabelecer a troca das innumeradas duplicatas, e triplicatas que ha no museo com as do gabinete de botanica e zoologia da Faculdade de medicina desta província, onde também existem muitas duplicatas e triplicatas, bem como conseguir desse gabinete colleções de botanica que ali existem em profusão. 2 Obter do gabinete Jonathas da mesma Faculdade alguns specimes para estabelecer-se no Museo uma secção de anatomia comparada, que é utilissima para a zoologia 3 Criar-se uma secção agrícola e industrial, para o que não será difficil obter-se colleções do instituto agricola, e dos dous arsenaes da provincia, a fim de fazer-se applicação á industria e á agricultura 4 Nomear um preparador conhecedor de taes trabalhos. Espero que V. Ex. apreciando devidamente a utilidade das medidas propostas dará as providencias que julgar convenientes afim de que esse estabelecimento tenha algum melhoramento. (...)*¹⁰¹

Sujeito à instabilidade, descaso e a falta de verbas, a degradação do acervo e a perda definitiva de algumas peças¹⁰², experimentando esvaziamentos e ampliações, em 1932, parte do Gabinete de História Natural foi transferida para a Pinacoteca do Estado (anexada ao Museu do Estado da Bahia¹⁰³). O acúmulo de material de história natural ao longo do tempo levou o diretor Dr. Alfredo Constantino Vieira, do então Ginásio da Bahia, enviar o que podia ser dispensado para o ensino da História Natural junto com o respectivo laboratório e outros objetos argumentando que, em espaço mais público do que uma escola ficariam a serviço de outros, além de ampliado com peças preparadas pelos alunos do Ginásio¹⁰⁴. De um modo ou outro, com o Gabinete, a história natural encontrara lugar institucionalizado e público na escola para estudos secundários da Província da Bahia.

Fecho provisório

O objetivo aqui foi notificar a existência do Gabinete de História Natural da Bahia com vistas a recuperar, através de estudo sobre a formação e posterior destino, as tramas dos processos culturais que movimentam as práticas colecionistas. O francês Jean-Baptiste Douville surge como empreendedor e, até onde se tem notícia, explorador que procurou conjugar interesses próprios, como fizera no continente africano e mais ao sul do Americano (Argentina), aos científicos de sua época, talvez em busca de reconhecimento e glórias pessoais. Nos *chahiers* manuscritos em terras da província da Bahia há trechos nos quais procura, ainda, explicar o acontecido em África. Diferentemente de outro naturalista francês, Louis Jacques Brunet (1811– c.1877), que formou o gabinete de Pernambuco com coleções por ele recolhidas nessa província (1858 e 1859), no Pará e Amazonas (1860 e 1862), e se estabeleceu como professor de ciências naturais no período de 1855 a 1863¹⁰⁵, o destino de Douville o levou a enveredar cada vez mais pelo sertão e lá pereceu. Apesar dos conflitos que o governo provincial enfrentava na cidade do Salvador¹⁰⁶, encontrou energia para açambarcar a oferta e responsabilizar-se por levá-la adiante em forte indicativo da importância em contar oficialmente com a coleção de produtos naturais aliados à necessidade de estudos. A trajetória nada pacífica e tampouco estável do “Gabinete Douville” instalou herança levada tempos afora. Por sua vez, franqueou a possibilidade de relacionar com “cores locais”, retomando a expressão de Silvia Figueroa, a compreensão do colecionismo para as ciências naturais na Bahia.

209

Notas e referências bibliográficas

Suely Moraes Cerávolo é professora do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA e bolsista PQ-2 do CNPq. E-mail: sumocem@gmail.com.

Mariana Cerqueira Rodriguez é bacharel e mestre em história, e pesquisadora do Observatório da Museologia na Bahia (UFBA). E-mail: mcerqueirarodriguez@gmail.com.

- 1 LEÓN, Aurora. *El museo. Teoría, praxis y utopia*. Espanha: Ediciones Cátedra, S. A., 1978.
- 2 FRANÇOSO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- 3 POMIAN, Krzysztof. Coleção. Portugal: Enciclopédia Einaud: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86, v. 1.
- 4 BLOM, Philipp. *Ter e manter*. Uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- 5 VOUILLOUX, Bernard. Les discours sur la collection. *Romantisme*, 2001, n. 112, p. 95-108 < http://www.persee.fr/doc/AsPDF/roman_0048-8593_2001_num_31_112_6175.pdf>
- 6 KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História Ciência Saúde Manguinhos*, v.11, suppl.1, Rio de Janeiro, 2004. Disponível < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000400006.>. Acesso 25.08.2017.
- 7 GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo*. História de uma mundialização. Tradução Cleonice P. B. Mourão, Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG: São Paulo : Edusp, 2014
- 8 BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- 9 A exemplo de José Bonifácio de Andrada e Silva aluno do naturalista italiano Domingos Vandelli que manteve ao longo de quatro décadas ligação com a os museus de história natural e jardins botânicos da Ajuda (1768-1810) e de Coimbra (1772-1791). Confere: BRIGOLA, op. cit., 2003. p. 98.

- 10 KURY, op. cit., 2004 (grifo nosso).
- 11 Miriam L. M. Leite distingue: naturalista viajante aquele que nos séculos XVIII e XIX dedicava-se ao estudo da história natural (astros, ar, animais, vegetais e minerais da superfície e “profundidade da terra.”); somente súditos da Coroa portuguesa no período colonial, depois de 1808 de diversas regiões da Europa, relacionados à nobreza ou sociedades científicas. Ver: LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, I (2), 1995, p. 7-19. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n2/a02v1n2.pdf>. Acesso 05.11.2017.
- 12 Datada de 1784, a “Casa dos Pássaros” embrião do futuro Museu Real (1818) operava para coletar, preparar e remeter “pássaros, quadrúpedes, insetos e peixes” e outros espécimes para o Gabinete de História Natural em Portugal. Confere: LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 26.
Em João Carlos Brigola têm-se o projeto de arquitetura para o “edifício-museu – o programa museológico do Marquês de Angeja (1782-1785)”. A “Casa de História Natural e casa de Pássaros, Pombos e Jardim” ficaria em vão de uma edificação. Dentre áreas destinadas o “Pátio das Galinhas de Curiosidade”. Confere: BRIGOLA, João Carlos. *Colecionismo no século XVIII*. Textos de documentos. Porto: Editora Porto, 2009. p. 27-28.
- 13 KURY, op. cit., 2004.
- 14 FIGUERÔA, Sílvia F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclepio*, v. 50, n. 2, 1998, p. 118. Disponível em < <http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/viewArticle/338> >. Acesso 02 nov. 2017.
- 15 VIEIRA, Domingos. *Thesouro da Língua Portuguesa*. Porto: Editores Ernest Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873, v. 3, p. 873. (grifos do autor).
- 16 GABINETTO. *Lexicon Vallari – Enciclopedia Universale Illustrata*. Milão: Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, s/d, v. 5, p. 5.
- 17 YAYA, Isabel. Wonder of America. The curiosity cabinet as a site of representation and knowledge. *Journal of the History of Collections*, v. 20, n. 2, p. 173-178.
- 18 PODGNORNY, Irina; LOPES, M. Margaret. Palabras preliminares a la primera edición mexicana. In: EL DIESIERTO EM UNA VITRINA. Museus e história natural em la Argentina (1810-1890). Rosario: Prohistoria Ediciones, 2014, p. 13-17. (grifo nosso).
- 19 BRIGOLA, João Carlos. *Os viajantes e o 'livro dos museus'*. Porto: Edição Dafne Editora, 2010. p.159.
- 20 BRIGOLA, op. cit., 2003. p. 75. (grifo do autor).
- 21 MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura*. Cidades, livros e leituras na Província Paulista. São Paulo: EDUSP, 2015. p. 51.
- 22 CARVALHO, Vânia C. de. *Gênero e artefato*. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo, 1870-1920. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.
- 23 PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.
- 24 BARBUY, Heloisa. Dos gabinetes de curiosidades aos museus do século XIX. Contexto de florescimento dos museus modernos no Ocidente. In: VERGARA, Moema de Rezende Vergara; ALMEIDA, Marta de (Org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 246.
- 25 Projeto vinculado Bolsa PQ2 CNPQ, e ao GP Observatório da Museologia na Bahia CNPQ.
- 26 ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo*. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 139.
- 27 GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988. p. 5-27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>.
- 28 SILVA, Aldo José Morais. *O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, 2006.
- 29 ARAÚJO, op. cit., 2008. p. 103.
- 30 CERAVOLO, Suely M. Brazilian Ark: The Museum of the Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894–1927). *Museum History Journal*, v. 9; n. 1, p. 45-59, 2016a. Resumo disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19369816.2015.1118254?journalCode=yhj20>.
- 31 REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, 1910, XVII, v. XVII, n. 36, p. 66-67.
- 32 Olivério M. de Oliveira Pinto (1896-1981), naturalista, ornitólogo, foi diretor e chefe da Divisão de Aves do Departamento de Zoologia de S. Paulo, em palestra no IGHB comenta que se não fosse pelos holandeses caberia a primazia dos estudos de história natural ao baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), aluno de Domingos Vandelli. Exemplifica varias coleções formadas e enviadas para o exterior. Confere: PINTO, O. M. de Oliveira. Sobre a posição da Bahia na fase pioneira da Investigação Naturalística. *RGHB*, n.82, 1958-1960, p. 103-109.
- 33 À época Francisco de Sousa Martins (1834-1836).
- 34 Sabinada (1837-1837) revolta envidada por militares, profissionais liberais, comerciantes em prol de maior autonomia provincial pelo desacordo com imposições políticas e administrativas da parte do governo regencial. Sobre o tema, ver: ARAUJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia*. Transição conservadora e formação da nação 1838-1850. Salvador: EDUFBA, 2009.
- 35 Com base em estudos naturalistas, Eduardo Ferreira França (1809-1857) formou-se em Paris com a tese *Essai sur l'influence des aliments et des boissons sur le moral de l'homme* (1834). De volta à Bahia, tornou-se lente da Faculdade de Medicina. Ver: http://www.cdpb.org.br/investigacoes_psicologia.pdf
- 36 Ofício dirigido ao presidente da província, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima (1855-1856)
- 37 Pio Aducci: formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1853. Levantamento Nominal dos Formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA, p. 21 < <http://www.fameb.ufba.br/dmdocuments/formadosfmb1812a2007.pdf>.
- 38 FARIAS, Gelasio de Abreu; MENEZES, Francisco da Conceição. *Memória Histórica do Ensino Secundário Oficial na Bahia durante o primeiro século* (1837-1937). Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937, p. 113-114.
- 39 O Estado português iniciou o reconhecimento dos limites físicos para demarcação de territórios entre as monarquias ibéricas e a atividade científica com repercussões econômicas. Confere: DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História Ciência Saúde Manguinhos*, v. 8, suppl., Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500002.
- 40 Amostras enviadas por Manoel Galvão da Silva. Confere: PATACA, E. Moutinho. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas

- Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 125-138, 2011.
- 41 SANTOS, Laura Carvalho dos. Antônio Moniz de Souza, o 'Homem da Natureza Brasileira': ciência e plantas medicinais no início do século XIX. *História Ciência Saúde Manguinhos*, v.15, n. 4, Rio de Janeiro Oct./Dec. 2008.
- 42 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia*: Idade d'Ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 106-107.
- 43 PRELIMINARES PARA OS ESTATUTOS DA REAL SOCIEDADE BAHIENSE DOS HOMENS DE LETRAS. *RHGB*, 1884, p. 87-105.
- 44 CERAVOLO, Suely M. Colecionando "homens e cousas": por um perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1984-1927). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, ano 1-2, Salvador: IGHB, 2017, p. 97-136.
- 45 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Os jardins botânicos coloniais: paraísos utilitários. In: PEREIRA, Magunos R. de M.; CRUZ, Ana Lúcia R. B. da (Orgs.). *Os naturalistas do império: o conhecimento científico em Portugal e suas colônias (1768-1822)*. Rio de Janeiro: Versal, 2016, p. 35-67.
- 46 PRELIMINARES PARA OS ESTATUTOS DA REAL SOCIEDADE BAHIENSE DOS HOMENS DE LETRAS, op. cit., 1884.
- 47 A medalha da Sociedade Real na Bahia teria a seguinte alegoria: índio coroado por Minerva para simbolizar a "indústria brasileira" com a inscrição: *In Novo Orbe a Minerva coronatur indústria*, ou seja, "No Novo Mundo a indústria é coroada por Minerva", e uma montanha a "cidade da Bahia" sobrevoada pela águia ao sol enfeitados pelo dístico *Sic itur ad astra* (Assim se vai aos astros). Agradecemos ao prof. Dr. Alvaro Alegretti (PUC-SP) pela tradução do latim.
- 48 Citado por Nizza Silva referindo-se o *Novo Ensaio sobre a arte de formular* de Aliberti, 1811. Confere: SILVA, op. cit., 1978, p. 133.
- 49 LOPES, op. cit., 1997.
- 50 PATACA, op. cit., 2011.
- 51 Em 1832, por ato da regência do Império a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (antes Escola de Cirurgia da Bahia) passa à Faculdade de Medicina da Bahia. Sobre as sucessivas transferências da Faculdade de Medicina. < <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/stcasaba.htm> >.
- 52 BRITTO, Antônio Carlos Nogueira Britto. *A Medicina Baiana nas brumas do passado*. Séculos XIX e XX. Aspectos Inéditos. Salvador: Contexto e Arte Editoria, 2002, p. 207-208.
- 53 Idem, p. 210-211.
- 54 Lei no 33 de 9 de março de 1836.
- 55 Em 23 de outubro de 1890, o Liceu torna-se Instituto Oficial de Ensino Secundário (governador do Estado da Bahia, Virgílio Clímaco Damásio); Ginásio da Bahia em 1895 (Lei n. 117, 24 de agosto).
- 56 A escolha dos ministros e presidentes das províncias ficava sob a responsabilidade de D. Pedro I. Os presidentes nem sempre governavam suas províncias de origem, o rodízio dessas autoridades era comum evitando laços que os identificassem aos interesses das elites locais, o que comprometeria o governo central. Na Bahia, o Conselho Geral da Província teve sua primeira sessão em 1828; o cargo de conselheiro era ocupado por desembargadores, doutores e homens de alto escalão da sociedade.
- 57 Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas nos anos de 1835 a 1838, v. 1. Bahia: Tipografia de Antônio Olavo França Guerra, 1862, p. 9-10.
- 58 Resolução 5, 2 de maio de 1835; Lei no. 7, 5 de maio de 1835. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428018/mss1428018.pdf.
- 59 FARIAS, Gelasio de Abreu; MENEZES, Francisco da Conceição. *Memoria Historica do Ensino Secundário Official na Bahia durante o primeiro século (1837-1937)*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1937, p. 112-113.
- 60 SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. *Memórias da viagem de S.S. Magestades Imperiaes as províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espirito Santo*. Tomo 1, 1861, p. 110-111. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242431>
- 61 Referenciamos os dois manuscritos: DOUVILLE, Jean-Baptiste. *Notes du voyage fait chez les sauvages du Brésil, les Cutachos, les Mongoyos, les Patachos, les Kerequimu, les Gádios et les Machacalis, fait pendant les années 1833, 1834 et 1835, par J.-B. Douville*. Par J. B. Douville, membre de plusieurs sociétés savants françaises et étrangers. 1836. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428018/mss1428018.pdf.
- DOUVILLE, Jean-Baptiste. *Voyage authographe du voyageur Douville. Ilm'a été douné par mon collaborateur Sands Rang une portion de ces Ms a été offerte par lui a d'Avezac*. Disponível em: <https://archive.org/details/MS3507>.
- 62 STAMM, Anne. Jean-Baptiste Douville: voyage au Congo (1827-1830). *Cahiers d'études africaines*, 1970, v. 10, n. 37, p. 5-39. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1970_num_10_37_2843.
- A análise de Stamm foi em parte refutada por MILLER, J.C. A note on Jean-Baptiste Douville. *Cahiers d'Études africaines*, 49, p. 150-153, 1973. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1973_num_13_49_2730.
- 63 VERGER, Pierre. Jean-Baptiste Douville, naturaliste calomnié ou imposteur démasqué. *Afro-Ásia*, n.12, p. 91-108, 1976. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20775/13378>.
- 64 Douville além de naturalista foi "negociante de algodão em rama e de tecidos" (TEIXEIRA, Cid. Um certo Monsieur Douville. In: BAHIA EM TEMPO DE PROVÍNCIA. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985, p. 16.
- 65 No período em que Douville diz ter atravessado o Congo, estaria de fato no Rio de Janeiro. Confere: *Ma defense ou Réponse a l' anonyme anglais du Foreign Quarterly Review sur le Voyage au Congo par J. B. Douville*. Paris: Chez Paulin, Librairie, October 1832. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1042591/f1.image>.
- 66 Douville declara ter desistido da viagem à China. Confere: DOUVILLE, Jean-Baptiste. *30 Mois de ma vie ou Quinze mois avant e quinze mois après mon Voyage au Congo, accompagné des pièces justificatives, de détails nouveaux et curieux sur le moeurs et les usages des habitants du Brésil et de Buenos-Ayres, et d'une description de La Colonie Patagonia*. Paris: Imprimerie D'Everat, 1833, p. 188. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=7qaKt4DZvzkC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.
- 67 VERGER, op. cit., 1976, p. 102.

- 68 STAMM, op. cit., 1970, p. 9 (grifo da autora); VERGER, op. cit., 1976, p. 104; BRITTO, op. cit., 2010, p. 37.
- 69 O manuscrito de Douville na BSG foi referido em missiva de José Augusto ao cunhado Sérgio Buarque de Holanda, em 1940, pelo interesse dos modernistas nas questões de identidade brasileira. Confere: SILVA, Rafael Pereira da Silva. Modernismo, historiografia e sociabilidade intelectual: apontamentos sobre o quinto volume da coleção Biblioteca Histórica Brasileira, 1931-1940). *História*, v. 31, n. 2, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742012000200014.
- 70 Em 13 de maio de 1835, Manoel Antonio Galvão firma pela Lei no. 8, a contração de nacional ou estrangeiro para executar Cargas Geográficas e Topográficas para a Província da Bahia. Confere: Diário da Bahia, n.115, 29 maios 1835. Disponível: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428018/mss1428018.pdf.
- 71 VIAGENS NO BRASIL DE GARDNER. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-pelo-brasil-principalmente-nas-provincias-do-norte-e-nos-distritos-do-ouro-e-do-diamante-durante-os-anos-de-1836-1841>.
- 72 PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 234 e 264.
- 73 "(...) on y voit des poissons à cête des oiseaux, des serpent près des mammiferes, des papillons ranges pres des canards, des morceaux dor sont mêlés à des échantillons de plomb)". (tradução livre, nossa responsabilidade). Confere: DOUVILLE, op. cit., 1833, p. 239.
- 74 DOUVILLE, op. cit., 1833.
- 75 1º de agosto de 1833. DOUVILLE, op. cit., 1833.
- 76 NOTES DU VOYAGE..., CAHIER 12, 1834, p.125.
- 77 [1ª.Carta] Ao (...) Maximo Ferreira Queirós Siqueira, Vigário Geral da Comarca de Ilheus. DOUVILLE, op. cit., 1833, p.42.
- 78 NOTES DU VOYAGE..., CAHIER 4, 1833, p. 46.
- 79 NOTES DU VOYAGE..., CAHIER 6, 1833, p.132.
- 80 NOTES DU VOYAGE..., CAHIER 5, 1833, p.88 a 90.
- 81 NOTES DU VOYAGE..., CAHIER 5, 1833, p.105-106.
- 82 Indicação do catálogo foi encontrada na BNF – Gallica, não disponível para consulta, sob guarda da Sociedade Geográfica de Paris.
- 83 Fallas consultadas em *Center for Research Libraries – Global Resource Network* - <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>
- 84 FALLA, 1830, p. 1.
- 85 Francisco José de Sousa Soares d'Andrea (presidente da província), baseado no relatório produzido pelo Presidente do Conselho da Instrução publica (Dr. Justiniano da Silva Gomes). Confere: (FALLA, 1846, S1-12)
- 86 FALLA, 1856, S-18.
- 87 FALLA, 1846, S1-12.
- 88 Reforma (5 janeiro) inspirada no Decreto do Ensino Livre do ministro do império Leôncio de Carvalho conhecida como Regulamento Bulcão.
- 89 FALLA, 1881, p. 29.
- 90 FALLA, 1879, A4-1 a A4-3.
- 91 FALLA, 1846.
- 92 FALLA, 1858, p. 12-13.
- 93 FALLA, 1879, A4-1 a A4-3
- 94 FALLA, 1877, p. 50.
- 95 Alegação que virou o século ressurgindo na década de 1930, para o atendimento no Museu do Estado da Bahia, criado em 1918. Confere: CERAVOLO, Suely M. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades - 1918 a 1959. *Anais do Museu Paulista*, v. 19, n. 1, 2011, p. 189-246 Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142011000100007.
- 96 FALLA, A4-1 a A4-3. *Iluminação Pública*; Relatório da passagem em 23 de março de 1881 para a administração da Província por Antonio de Araujo de Aragão Bulcão; p. 65-67. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000340/rpebahia1881a/rpebahia1881a.pdf>
- 97 Idem.
- 98 SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte; RASMUSSEN, Anne. *Les fastes du progress*. Le guide des Expostions universelles 1851-1992. Paris: Flammarion, 1992.
- 99 CATALOGO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DA BAHIA 1872. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872.
- 100 FALLA, 1879, A4-1 a A4-3.
- 101 Muzêo Provincial, FALLA,1876: A2-20..
- 102 FALLA, 1871, p. 37
- 103 CERAVOLO, 2011.
- 104 Enviados: borla usada na colação de grau dos bacharéis do Liceu, "múmia existente em um caixão de madeira envernizada com tampa de vidro". Confere: FARIAS; MENEZES, op. cit., 1937, 114.
- 105 GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. Construindo uma coleção: as expedições científicas de Louis Jacques Brunet e o Museu do Ginásio Pernambucano (1857 - 1862). IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T, Rio de Janeiro, MAST, 2016. Disponível em < http://site.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_02/19%20%2045%20artigo%20completo.pdf.
- 106 Além da Sabinada, em 1835 ocorreu a revolta dos Malês na cidade do Salvador. Ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- [Artigo recebido em Junho de 2018. Aceito para publicação em Outubro de 2018]